

Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória

Isabel Cristina Martins Guillen¹

Abstract

This paper intend to work to the history of the Market of São Jose, Recife, and its constitution while place of intangible heritage. This paper conceive a place like a configuration of positions, as defined by Certeau. In this conception history and memory converge. This reserche was financed by IPHAN, and intend equally to argue the reception of the “permissionários” of the market to the process of transformation the market in a place of the intangible heritage of Recife.

Key-words: Mercado de São José, intangible heritage; popular culture.

Um bairro e seu mercado.

Durante décadas, investiu-se na imagem de Recife como a Veneza Brasileira, valorizando seu conjunto arquitetônico, a beleza das pontes que atravessam o Capibaribe, as linhas imponentes do Bairro do Recife, as igrejas coloniais. Essa visão está expressa em romances, crônicas, poesias, fotografias e quadros de vários artistas locais que divulgaram Recife como cidade moderna, mas que convivia em cada esquina com sua história e tradição. Nesse discurso, parecia não haver lugar para o vai e vêm constante dos vendedores ambulantes, os pregões das quituteiras, a conversa na cadeira do engraxate, o som das violas dos cantadores, o recitar dos folheteiros e os malabarismos dos artistas mambembes. Essa imagem de Veneza Brasileira contribuiu para a construção de uma história que valorizava acima de tudo os processos de modernização da cidade e sua inserção no mercado internacional. Não faltam teses e dissertações que apontam a presença do cinema, do rádio, da televisão, dentre outros instrumentos responsáveis pela inserção da cultura local no circuito internacional. Todo aquele vozerio descrito acima constituía dissonâncias que não se queria registrar.

O bairro de São José, considerado um bairro eminentemente popular, com suas ruas estreitas e sobrados sóbrios de porta e janela, sofreu durante décadas intervenções públicas que visavam modernizá-lo e higienizá-lo, tornando-o conforme aos padrões pretendidos por uma elite que queria ver o Recife como espelho da modernidade européia. Mas foi este o bairro em que os poderes públicos tiveram mais dificuldade em intervir para retirar os

¹ Professora do Departamento de História da UFPE. Doutora em História pela UNICAMP. A presente pesquisa foi financiada pelo IPHAN.

“populares” das ruas, os vendedores de peixe, frutas, verduras e legumes, artesanato doméstico e comidas prontas, quitutes e guloseimas. No século XIX, no pátio formado em frente à igreja de Nossa Senhora da Penha, funcionava a Ribeira do Peixe, mercado popular formado por bancas montadas ao ar livre e que vendiam de tudo o necessário para o abastecimento alimentar da cidade. Foi com o objetivo de modificar hábitos e costumes arraigados entre a população recifense que a administração pública decidiu construir o Mercado de São José, edifício que, em seu projeto arquitetônico inspirado no mercado de Grenelle, simbolizava e resumia todos os ideais de modernidade, salubridade e civilidade discutidos e aspirados pela elite.²

Assim se inaugurou, em 1875, o Mercado de São José. Se por um lado a instalação do mercado excluiu do lugar alguns pequenos comerciantes do antigo mercado da Ribeira, por outro criou o maior centro de abastecimento alimentar da cidade, e assim se manteria por muitas décadas, superado apenas nos anos 1950-1960, quando a proliferação de supermercados e feiras nos bairros faria com que a população deixasse de ali se “aviar”. No início do século XX o Mercado de São José enfrentou uma dura concorrência, a imposta por Delmiro Gouveia quando criou seu mercado no Derby. Além de se apresentar como um centro de divertimento, o Derby foi organizado como um grande centro de venda de artigos diversos, vendendo principalmente gêneros alimentícios a preços menores do que os praticados em São José. Mas o incêndio do Derby eliminou o poderoso concorrente. (Freyre, 1989, p. 122)

Sofreu reformas em 1906 e 1941 que, apesar de terem comprometido sua feição original, não modificaram sua estrutura de ferro. Durante todo o final do século XIX e início do XX a prefeitura da cidade do Recife vai criar posturas municipais visando normatizar o comércio popular tanto no mercado quanto em seu entorno. Em vão! Ao redor daquele imponente edifício criou-se um grande espaço cultural popular. A Praça Dom Vital, já no início do século XX, após a construção da Basílica da Penha, era conhecida como *a Praça do Mercado*. Uma grande quantidade de camelôs, ambulantes, cantadores, poetas e vendedores de cordel lá tinham se estabelecido, mostrando que a cultura popular tinha raízes mais profundas que as elites pernambucanas imaginavam. (Maia, 2001, p. 51) E o Mercado de São José, edifício imponente em sua arquitetura de ferro, pode ser pensado como lugar

² Sobre as transformações urbanas ocorridas no bairro ver: ROCHA, 2003. Para uma imagem do Largo da Ribeira do Peixe ver gravura de Louis Schlappriz, *Mercado de Verduras*, de 1863. Sobre a construção do mercado ver: SILVA, 1984.

emblemático dessa disputa simbólica. Ele revela a outra face da cidade do Recife, a sua face mais popular.

O lugar.

“Configuração instantânea de posições.” Eis como lugar é definido por Michel de Certeau (1994). Ao nos posicionarmos no espaço, ocupamos um lugar, e alguns lugares inscrevem no espaço (exterioridade) memória (tempo). (Ricoeur, 2007) Caminhando pelas ruas movimentadas do bairro de São José, somos conduzidos pelo fluxo de transeuntes para seu “coração”: a Praça Dom Vital e o Mercado, ponto de encontro de pessoas diversas, vendedores e compradores, cada qual com interesses diversos, fazendo daquele lugar um centro de convívio. Mário Sette, nas páginas de *Seu Candinho da farmácia*, capturou essas instantâneas posições:

Hora em que o Mercado de São José acordava como uma criança para logo se movimentar... Operários iam passando para as fábricas, para as docas, para as construções, alguns levando as latinhas com as suas refeições, outros os instrumentos do seu trabalho. Bandos de cigareiras no colorido variado dos vestidos, uma algaravia feminina que a manhã bonita estimulava, grupos de costureiras querendo puxar a elegância num reclamo de mestria profissional, pares de criadinhos e cozinheiras, em palestras, em confidências contra as patroas, todos buscando os empregos ou caminhando para as compras no mercado... Corriam-se as cortinas de aço das vendas, abriam-se as portas de madeira, punham amostras de feijão, de milho, de charque, à vista dos transeuntes.

Diante dos portões do mercado estavam os caminhões, num empuxo dos freios, descarregando panacuns de frutas, de verduras, caixões de ovos, sacos de farinha. Nas cabeças entravam samburás de camarões, garajás de galinhas... Os corredores se animavam. As barracas de molhados, peixes, carne verde, legumes tinham larga freguesia em roda. De aventais sangrentos, açougueiros retalhavam as peças num ruído áspero de serrotes; chocavam-se metalicamente as balanças; cheiravam à maresia as cavalas de dorso brilhante, as ciobas vermelhas, os camurins prometendo gordura, as lagostas de patas em movimento, os siris espumando, a miusalha de carapebas e de agulhas...

Em bojudos cestos ou ao longo dos balcões ofereciam-se as frutas: mangas rosa de uma cetinosidade de rosto feminino, abacaxis de cascas agressivas querendo disfarçar a doçura, laranjas de um amarelo vivo, bem cheirosas, mangabas de uma gaiatice de matizes e uma indiscrição de aromas, palmas de bananas pratas, jacas, cajus... Cheiro misturadíssimo de maresia, sangue, frutas e verduras, capoeira, suor humano. E um vozerio sem fim, incoerente, complicado...” (Sette, 1992, p. 241-243)

Mário Sette, memorialista por excelência das convivências recifenses, descreve o bairro a partir de seu bulício, movimento intenso de pessoas no vai e vem de suas compras, no vozerio constante de conversas e pregões. O Mercado de São José se constitui na cidade do Recife em um lugar em que saberes, celebrações e formas de expressão se reúnem em toda sua complexidade. É um lugar privilegiado em que “se concentram e se reproduzem práticas

culturais coletivas”³ e em que a circulação e consumo dos bens da cultura imaterial se encontram em toda sua ambigüidade com o mercado, entendido de modo amplo. A circulação dos bens materiais – ervas, raízes, folhetos de cordel, artesanato de barro, de palha, redes e roupas, comidas, dentre outros bens – não pode ser entendida sem se discutir as trocas simbólicas, a circulação e difusão dos saberes, o contato com relações de produção e comerciais mais amplas. Ao prefaciando o livro de Sinésio Roberto do Nascimento, que atualmente é o presidente da Comissão Permanente de Defesa do Mercado, seu filho afirma que “é uma universidade da cultura popular com 130 anos de história”, onde facilmente se encontram “doutores com conhecimentos raros de viver e ter boas histórias”. (Nascimento, 2005)

Ao mesmo tempo, o mercado tem uma rica história, bem como pode ser considerado um lugar de memória. (Nora, 1993) Quem no Recife não tem uma história para contar do mercado de São José? Quem não tem uma simples lembrança dos cheiros das ervas e raízes, das palhas e madeiras, dos peixes e carnes? Quem pode esquecer o colorido dos bonequinhos de barro, das bonecas de pano, das redes? Tal qual a madeleine proustiana, o sabor do caldo de cana, das castanhas, do milho assado, todos vendidos pelos ambulantes ou barraqueiros da praça evocam talvez cenas de infância, dos desejos de ter um carrinho de lata, um peão, um mamulengo. Circulam cotidianamente pelo mercado de São José milhares de pessoas, além dos vendedores e artesãos, detentores de um rico saber sobre a cultura popular. O Mercado de São José é hoje o maior centro de venda de artesanato da cidade do Recife, comercializando objetos extremamente diversificados não só para turistas, uma vez que a população recifense circula pelos seus boxes, corredores e arredores para comprar peixe, alimentos, castanhas, ou como se diz corriqueiramente, “para fazer a feira”.

Em seus boxes e no seu entorno concentra-se também o mais importante ponto de distribuição de produtos e objetos para as religiões afro-descendentes. Tanto em alguns boxes internos, quanto nos externos, encontram-se os mais diversos produtos para os orixás e para os encantados da Jurema, defumadores, velas, gamelas, incenso, estatuária diversa, bem como as mais variadas espécies de erva. O Mercado de São José é hoje o maior ponto de venda e distribuição desses produtos religiosos. Também no mercado há um riquíssimo mercado de ervas, raízes e cascas medicinais, e lá se encontram famosos raizeiros, que além de comerciarem são verdadeiros “doutores”, detentores de um saber tradicional sobre práticas

³ Livro dos Lugares, decreto 3.551

curativas, que prescrevem e receitam infusões, lambedores, e banhos de assento para doenças diversas.

Patrimônio

Em 1975, ano de seu centenário, o mercado foi tombado como patrimônio arquitetônico do Brasil, por manter sua arquitetura de ferro intacta. No entanto, o mercado tinha sofrido uma série de mudanças que alteraram suas feições, dentre as quais se destacam, na década de 1950, a substituição das janelas de madeira e vidro por combogós de cimento. Aliadas às mudanças nas suas feições, o mercado também tinha crescido muito, desde sua fundação. Alguns boxes foram acrescidos com pequenas extensões, enquanto na parte externa do mercado, colados aos seus muros, muitos outros boxes foram surgindo, principalmente vendendo comida pronta, lanches, café da manhã e almoço. O mercado de São José é mencionado por Gilberto Freyre em seu *Guia Histórico e Sentimental da cidade do Recife* para os turistas que procurassem por comidas típicas. Os permissionários se referiam a esses boxes como a “saia” do mercado, e houve quem os comparou às cracas que aderem aos cascos dos barcos. Para complementar, ao longo dos anos o mercado tinha se tornado pequeno, e camelôs tinham ocupado a Praça em frente, com bancas para vender cordel, produtos medicinais, ou mesmo para apresentações de emboladas e coco. As calçadas que circundam o mercado eram tomadas diariamente por barracas armadas para vender frutas, verduras e legumes, ou mesmo ervas e raízes.

As reformas urgiam! Mais do que uma reforma, o mercado precisa passar por um processo de restauro, pois sua estrutura de ferro encontrava-se comprometida pela maresia e outros agentes agressores (principalmente água e sal utilizados dos setores de carne e peixe). Desde esse momento, até o final da década de 1980, quando finalmente começou a reforma, houve um lento processo de negociação com os permissionários que temiam perder seus boxes e se negavam a desocupar o mercado. No governo municipal de Jarbas Cavalcanti a negociação chegou a um impasse, a ponto da administração municipal solicitar uma perícia visando interditar o local levando em consideração a deterioração da estrutura, a precariedade da rede elétrica e as péssimas condições sanitárias.⁴ Em 1988 houve finalmente um acordo entre o poder público e os locatários que acederam com a transferência de uma parte dos comerciantes para um mercado a ser construído pela prefeitura no cais de Santa Rita, local próximo do mercado. Quando a reforma dessa primeira ala estivesse concluída, a outra ala se mudaria até a conclusão dos serviços.

⁴ Jornal do Commercio, 04 de maio de 1988. Prefeitura quer interditar já o Mercado de São José.

Em meio a muitas queixas, dúvidas e desconfianças, a reforma teve início. Mas logo os comerciantes manifestaram sua insatisfação com o mercado em Santa Rita e muitos voltaram a negociar próximos ao mercado, tanto na praça quanto em barracas instaladas nas ruas laterais. As notícias sobre conflitos diversos com a guarda municipal sobejam nos jornais de 1988 e 1989. Até que uma fatalidade ocorreu: o setor que tinha permanecido no mercado, que vendia principalmente artesanato, foi acometido por um violento incêndio na madrugada do dia 30 de novembro de 1989. Tudo estava perdido! O Mercado de São José transformou-se, rapidamente, em ruínas.

Apesar da decisão política dos administradores municipais de reerguer o mercado, retirando das cinzas todo o material que pudesse ser reaproveitado, a sua restauração foi um processo lento e tecnicamente complicado. O Mercado de São José ficaria anos fechado (em alguns momentos parcialmente), para ser reaberto em 12 de março de 1994. Muitos locatários lembram-se desse período com amargura, anos das vacas magras, de muito trabalho e pouco lucro.

Nessas lembranças, ressalta-se a dificuldade de negociar com o IPHAN (na época SPHAN) na nova configuração que o edifício deveria assumir. Para que o mercado recuperasse suas características originais, as barracas que vendiam alimentos e que estavam coladas nos muros tiveram que ser removidas, reinstaladas no pátio onde ficava a administração. O formato dos boxes e outras questões foram longamente negociados, de um lado querendo se manter as características arquitetônicas do prédio sem desocupá-lo, de outro lado, o dos permissionários, para que não perdessem espaços há muito conseguidos que garantiam a alguns melhores oportunidades de negócio.⁵ Muitos permissionários, por exemplo, tinham mais de um box, onde alocavam membros da família.

Dessa época ficaram a desconfiança e a prevenção quando se fala em patrimônio! Esta pesquisa teve por objetivo fazer um inventário do Mercado de São José com vistas a registrá-lo como patrimônio imaterial do Brasil. Com financiamento do IPHAN, a equipe de pesquisa, coordenado pela profa Dra da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Maria Angela de Faria Grillo, e por mim, efetuou uma série de entrevistas com alguns dos locatários mais antigos. Nessas entrevistas, bem como em conversas informais com os dirigentes da associação dos locatários e com o sindicato dos permissionários de mercados públicos do Recife. A idéia de patrimonialização para esses comerciantes sempre foi recebida com um pé atrás, de tal modo que a equipe de pesquisa não conseguiu efetivamente, num primeiro

⁵ O arquiteto responsável pelo projeto de restauração, Geraldo Gomes da Silva, em sua entrevista salientou a importância de manter não só as características arquitetônicas mas também sua utilização social.

contato, dialogar com os permissionários sobre o registro do mercado como patrimônio imaterial, no livro de lugares. Todos reconhecem a importância do mercado, mas quando se fala em patrimônio, a história é outra...

Não se pode atribuir essa indiferença apenas ao desconhecimento da legislação atual sobre patrimônio imaterial. Uma compreensão da história do processo de patrimonialização do mercado foram fundamentais para compreendermos que a desconfiança era mais profunda. Entre os diversos depoentes há um lugar comum, o de que patrimônio é sinônimo de imobilidade, impossibilidade de modificações além de exigências “descabidas”. Ao mesmo tempo em que todos se orgulham de que o Mercado é um patrimônio arquitetônico do Brasil, a idéia de transformá-lo em patrimônio imaterial foi sempre recebida com suspeição. Não só é necessário um programa de educação patrimonial, mas um amplo processo de negociação para que haja um efetivo envolvimento dos permissionário no processo – envolvimento este mais amplo do que a participação dos dirigentes da associação e sindicato.

Na medida em que fomos percebendo esses liames, a questão ética se tornou presente para a equipe de pesquisa, pois nossos objetivos primeiros foram confrontados na prática pelos comerciantes, não apenas pelo desconhecimento, mas principalmente pela desconfiança. Nesse sentido, optamos por fazer as entrevistas sem não mais nos referirmos à questão do patrimônio, que ficou para ser tratado em uma segunda etapa.

É evidente que o Mercado de São José se encaixa perfeitamente nas categorias definidas pelo IPHAN para designar o patrimônio imaterial. E sem dúvida é sim uma referência cultural para toda a cidade do Recife, e para a cultura popular nordestina de modo geral. Mas não é tarefa do pesquisador aplicar critérios técnicos em se tratando de cultura imaterial. É fundamental que haja o envolvimento dos que detêm o saber ou daquele que efetivamente fazem e vivem o mercado enquanto um bem cultural. Sem sua participação, qual o sentido de transformá-lo em um patrimônio?

Também foi evidente nesse processo que alguns líderes gostariam de capitalizar esse “título” politicamente, e para tanto não era necessário a participação de diversos outros locatários. Mas qual o sentido de transformar o patrimônio em mais um título nobilitador? Afinal, o Mercado de São José já tem um.

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.

FREYRE, Gilberto. *O velho Felix e suas “memórias de um Cavalcanti”*. Recife, Massangana, 1989.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados. Controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Recife, Tese de doutorado em História pela UFPE, 2001.

NASCIMENTO, Sinésio Roberto do. *Mercado de São José. História e cultura popular*. Recife, Secretaria de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, pp. 07-28.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2007.

ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Recife, dissertação de mestrado em História da UFPE, 2003.

SETTE, Mário. São José, um dia na vida de um bairro. IN. SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas. *O Recife. Quatro séculos da sua paisagem*. Recife: Massangana/ FUNDAJ, 1992.

SILVA, Geraldo Gomes da. *O mercado de São José*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.